



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

LEI Nº 1.856 ,DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

*“Dispõe sobre a Criação do Sistema de Prestação de Serviço de Transporte Individual de Passageiros com uso de Motocicletas – “Mototáxi” e dá outras providências”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV, do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e sancionou a seguinte

**LEI:**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica instituído no Município de Porto Velho o sistema de prestação de serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas denominado “mototáxi”, a ser operado sob o regime de permissão do Poder Executivo.

**Parágrafo único:** As permissões sujeitar-se-ão sempre à fiscalização do Poder Permissor com cooperação dos usuários.

**Art. 2º.** Define-se como mototáxi o serviço de transporte individual de passageiros em veículo automotor de espécie motocicleta, nos termos do art. 96, II, “a”, “4”, do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 3º.** O serviço de mototáxi no Município de Porto Velho reger-se-á pelas disposições desta Lei e das normas regulamentares expedidas pelo Poder Executivo Municipal, observando-se, no que couber, a legislação Federal e Estadual aplicáveis à espécie.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## CAPÍTULO II

### DOS CONDUTORES

**Art. 4º.** Para operar no serviço de mototáxi exigir-se-á do condutor do veículo:

- I – idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- II – ter pelo menos 02 (dois) anos de habilitação na categoria A;
- III – estar inscrito junto à órgão competente da Prefeitura Municipal;
- IV – apresentar certidão negativa criminal expedida pela Justiça Estadual e Federal, renovável a cada ano;
- V – ter o veículo registrado em seu nome e estar com sua documentação completa e atualizada;
- VI – ter sido aprovado em curso especializado, regulamentado pelo CONTRAN, sobre condução de passageiro em veículo motorizado de duas rodas;
- VII – manter seguro de vida pessoal e de terceiro;
- VIII – comprovar residência fixa no Município;
- IX - não possuir vínculo empregatício em cargos e empregos públicos em qualquer das esferas federal, estadual ou municipal.

**Art. 5º.** Na prestação do serviço, o mototaxista deverá atender às seguintes obrigações:

- I - transportar um só passageiro por deslocamento;
- II – oferecer proteção interna (touca) descartável para capacete de segurança de uso do passageiro;
- III – estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retro refletivos;
- IV – dispor de 02 (dois) capacetes com viseiras, de uso obrigatório próprio e do passageiro;
- V – usar luvas.

## CAPÍTULO III

### DA ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

**Art. 6º.** Os veículos destinados ao serviço de mototáxi deverão atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências, sem prejuízo de outras estabelecidas por regulamento:

- I - contar com, no máximo, 04 (quatro) anos de fabricação;
- II - ter potência mínima de 125 (cento e vinte cinco) e máxima de 150 (cento e cinquenta) cilindradas;
- III – estar licenciado no Órgão Estadual competente como veículo de aluguel;
- IV - ser vistoriado previamente pela Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito - SEMTRAN;
- V – possuir os seguintes equipamentos:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- a) protetores metálicos fixados na parte lateral e posterior do veículo, destinados à sustentação e apoio do passageiro;
- b) equipamento denominado “mata-cachorro”;
- c) antena corta-pipa;
- d) motocímetro;
- e) controle de velocidade;
- f) protetores de isolamento do escapamento, para evitar queimaduras;
- g) dispositivo luminoso com a inscrição “MOTOTÁXI” localizado acima do farol;
- h) número de prefixo, pintura automotiva, do tanque de combustível e carenagens laterais na cor e padrão a ser definido pela SEMTRAN.

**Art. 7º.** No caso de substituição do veículo, a motocicleta substituta deverá contar com no máximo três anos de fabricação.

**Art. 8º.** Os veículos em operação deverão ser submetidos à vistoria técnica inicial e periódica a cada ano, a ser realizada pela SEMTRAN, concedendo-se prazo de 30 (trinta) dias para adequação do veículo às exigências da Lei.

**Parágrafo único.** No período de que trata este artigo, o serviço deverá ficar suspenso.

**Art. 9º.** Toda e qualquer alteração realizada no veículo deverá ser previamente aprovada pela SEMTRAN, sob pena de imediata suspensão da autorização e seu posterior cancelamento.

### CAPÍTULO IV

#### DA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO

**Art. 10.** O número máximo de autorizações será limitado a 1, 5 (um virgula cinco) veículo para cada 1.000 (mil) habitantes ou fração, de acordo com a certidão oficial fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Parágrafo único.** Para alcançar o número previsto no *caput* deste artigo, as autorizações só serão concedidas decorridos 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 11.** A autorização para a exploração do serviço de mototáxi será outorgada ao proprietário de motocicleta que cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor, obedecidas, também, as seguintes condições:

I – o prazo da autorização será de cinco (05) anos, podendo ser renovada pelo Poder Permissor;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

II – a autorização, após outorgada ao autorizado, é exclusiva e intransferível, sendo facultado o cadastramento de condutor auxiliar que deverá preencher os requisitos contidos no art. 4º desta Lei, ressalvado o disposto no inciso V;

III – a autorização será concedida ao profissional autônomo, sendo vedada à exploração do serviço por pessoa jurídica de direito privado;

IV – cada autorizado terá direito à apenas 01 (uma) autorização.

**Art. 12.** Fica vedada a formação de pontos de parada de mototáxi sem a devida regulamentação do Órgão competente.

**Art. 13.** O Poder Executivo, por intermédio da SEMTRAN, indicará os locais a serem estabelecidos como pontos de mototáxi, respeitados os limites dos pontos oficiais de ônibus e táxi e da área central da cidade de Porto Velho.

**Art. 14.** Fica assegurada a livre circulação do mototaxista, podendo apanhar passageiro quando for solicitado, respeitados os pontos oficiais de ônibus e táxi.

### CAPÍTULO V

#### DA TARIFA

**Art. 15.** O sistema tarifário do serviço de Mototáxi será estabelecido e fixado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único** – O Poder Público, ao fixar as tarifas, deverá assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço, para que possa ser prestado de forma contínua, adequada e eficiente.

**Art. 16.** A tarifa será fixada por bandeirada com duas tarifas diferenciadas, bandeira I e bandeira II.

**§1º** - Quando o serviço for prestado em horário noturno, aos domingos ou feriados, será cobrada bandeira II (dois).

**§2º** - Horário noturno, para efeitos desta lei, é o compreendido entre as 20 (vinte) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte.

**Art. 17.** Os reajustes tarifários serão realizados pelo Executivo Municipal, em periodicidade anual, tendo como critério a variação do custo do quilômetro rodado desde a fixação ou último reajuste, o que será verificado através de cálculos e parecer técnico da SEMTRAN.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## CAPÍTULO VI

### DAS INFRAÇÕES

**Art. 18.** Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições legais ou regulamentares, respondendo o infrator civil e administrativamente, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** As penalidades cominadas às condutas infracionais previstas neste Capítulo serão aplicadas sem prejuízo do disposto na legislação federal de trânsito em vigor.

**Art. 19.** As infrações aos dispositivos desta Lei sujeitam os autorizados às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II – multa;
- III - apreensão do veículo automotor;
- IV - suspensão temporária da autorização;
- V - cassação da autorização.

**Art. 20.** A advertência será aplicada quando o prestador dos serviços:

- I – faltar com a higiene, conforto e conservação do veículo e do capacete;
- II – transportar pessoas em trajes impróprios ou ofensivos à moral e aos bons costumes ou em condições inadequadas de asseio;
- III – utilizar equipamentos ou propaganda de qualquer natureza no veículo, sem a devida autorização da SEMTRAN;
- IV – não providenciar outro veículo para o transporte de passageiro no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário ou em percurso que esteja inviabilizando o tráfego;
- V – não submeter o veículo à vistoria de rotina ou quando determinado pelo Órgão fiscalizador;
- VI – não tratar com urbanidade e respeito os passageiros, colegas de trabalho e o público em geral;
- VII – fumar ou admitir que alguém fume durante o percurso da viagem;
- VIII – cobrar ou deixar de fornecer touca higiênica descartável individual ao passageiro.

**Art. 21.** A multa será aplicada quando o prestador dos serviços:

- I – reincidir nas condutas infracionais descritas no art. 20;
- II – deixar de atualizar os dados cadastrais próprio e do condutor auxiliar;
- III – deixar de comunicar à SEMTRAN sobre as ocorrências de acidentes em que tenha se envolvido, no prazo máximo de 02 (dois) dias;
- IV – cobrar ou não devolver a tarifa paga, no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário ou em percurso que esteja inviabilizado o tráfego;
- V – não obedecer a fila no ponto de mototáxi;
- VI – trafegar sem utilizar os equipamentos exigidos nesta Lei ou no regulamento;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- VII – dificultar a ação fiscalizadora do Órgão competente;
- VIII – abandonar o veículo no ponto de mototáxi, afastando-se por mais de dez metros ou por tempo superior a dez minutos;
- IX – trafegar com passageiro acomodado fora do assento traseiro da motocicleta;
- X – trafegar utilizando fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento;
- XI – promover alterações estruturais no ponto de mototáxi;
- XII – dirigir de modo a colocar em risco a segurança do passageiro;
- XIII – trafegar ou transportar passageiro sob o efeito de álcool ou substância entorpecente;
- XIV – aliciar passageiro nos pontos de táxi ou de ônibus;
- XV – transportar mercadorias e animais na garupa da motocicleta;
- XVI – utilizar o veículo fora das características e especificações estabelecidas pela SEMTRAN;
- XVII – cobrar tarifas em desacordo com a tabela estabelecida pelo Órgão competente;
- XVIII – utilizar o ponto de mototáxi para efetuar serviços estranhos à condução de passageiros;
- XIX – trafegar com o capacete no guidão ou nos braços;
- XX – conduzir o veículo ou transportar passageiro sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção;
- XXI – rebocar outro veículo sem segurar o guidão com ambas as mãos, salvo para indicação de manobras entre veículos;
- XXII – não portar, quando em serviço, a documentação referente a autorização, propriedade ou licenciamento do veículo, habilitação do condutor e a tabela de tarifa.

**Parágrafo único.** Os valores das multas de que trata esta Lei serão definidos em regulamento.

**Art. 22.** A apreensão do veículo ocorrerá quando o prestador dos serviços:

- I – reincidir nas condutas infracionais descritas no art. 21;
- II – trafegar com veículo não autorizado pela SEMTRAN;
- III – apresentar documentação adulterada ou irregular;
- IV – trafegar ou permitir o uso do veículo por condutor auxiliar com credenciamento vencido;
- V – trafegar com o veículo defeituoso e que implique desconforto ou risco para o passageiro ou trânsito em geral;
- VI – não renovar as credenciais de tráfego ou de transportes, nos prazos e critérios estabelecidos nesta Lei e no regulamento;
- VII – fazer ponto de mototáxi fora dos locais definidos em regulamento, ou não respeitar o número de vagas permitido;
- VIII – desobedecer as ordens emanadas pelos agentes de trânsito ou desacatá-los com palavras ou gestos;
- IX – interromper a operação do serviço sem prévia anuência da SEMTRAN;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

X – recusar-se a entregar aos agentes de trânsito, mediante recibo, os documentos de credencial de autorizado ou de condutor auxiliar exigido por lei, para averiguação de sua autenticidade;

XI – não descaracterizar o veículo quando da sua substituição ou da baixa;

XII – utilizar ou concorrer para que terceiros utilizem o veículo para a prática de ação delituosa.

**§1º** - O veículo apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura e sua devolução somente ocorrerá após compromisso do prestador de que o veículo se adequará às exigências legais no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do termo respectivo.

**§2º** - O autorizado será responsável pelas despesas decorrentes da apreensão, transporte e depósito do veículo.

**§ 3º.** Decorridos 03 (três) meses, contados da apreensão do veículo, sem que este tenha sido reclamado pelo proprietário, o bem apreendido será vendido em hasta pública e os valores apurados serão revestidos nas despesas que tratam o parágrafo § 2º, com a entrega do saldo remanescente ao proprietário, mediante requerimento.

**Art. 23.** A suspensão dos serviços ocorrerá automaticamente sempre que o infrator incidir nas condutas passíveis de apreensão do veículo, permanecendo suspensa a autorização até que seja sanada a irregularidade descrita no art. 22, com a devolução do veículo ao condutor.

**Art. 24.** Também implicará na suspensão dos serviços quando o prestador:

I - não manter a apólice de seguro de vida pessoal e de terceiro;

II – portar ou manter arma de qualquer espécie no veículo;

III – transportar passageiro ou trafegar com veículo não autorizado pela SENTRAN;

IV – apresentar documentação adulterada;

V – agredir fisicamente qualquer fiscal, passageiro ou colega de trabalho.

**Parágrafo único.** Os prazos de suspensão da licença serão definidos em regulamento.

**Art. 25.** A pena de cassação será imposta quando o prestador dos serviços:

I – reincidir na prática infracional descrita no art. 24;

II - sofrer condenação criminal transitada em julgado;

III – tiver a Carteira Nacional de Habilitação/CNH cassada pelo Órgão competente;

IV - permitir a prestação dos serviços por pessoas não credenciadas junto à SEMTRAN;

V - alugar ou arrendar a autorização para outro condutor auxiliar ou a terceiro.





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## CAPÍTULO VII

### DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA DEFESA

**Art. 26.** Constatada a infração pela autoridade, será lavrado o respectivo auto em 04 (quatro) vias, devendo constar:

- I - o dia, o mês, o ano, a hora e o lugar em que foi lavrado;
- II - o nome e assinatura do agente fiscal;
- III – a descrição da ocorrência;
- IV – a identificação do infrator e a placa do veículo;
- V – o dispositivo legal infringido;
- VI – a assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração e da aplicação da sanção cabível.

**§ 1º.** A segunda via do auto deverá ser entregue ao autuado.

**§2º.** Recusando-se o infrator a assinar o auto, o autuante certificará a recusa, colhendo a assinatura de duas testemunhas.

**§ 3º.** Não sendo possível a autuação em flagrante, o agente de trânsito lavrará o auto de infração, colhendo a assinatura de 02 (duas) testemunhas e remeterá a notificação mediante remessa postal. A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

**Art. 27.** O infrator poderá apresentar defesa em requerimento dirigido ao titular da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito/SEMTRAN, de forma fundamentada e com todas as provas que desejar produzir, no prazo de 15(quinze) dias contados da data de notificação do auto de infração.

**Art. 28.** Julgada improcedente a defesa, ou não sendo apresentada no prazo previsto, será imposta a penalidade ao infrator.

**§ 1º.** No prazo 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da decisão administrativa, poderá o infrator requerer a reconsideração da penalidade imposta.

**§ 2º.** Sendo mantida a penalidade, a decisão administrativa se torna definitiva.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 29.** O processo seletivo das autorizações para prestação de serviços de mototáxi deverá ser baseado em critérios objetivos previamente estabelecidos em regulamento e publicados em edital.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**§ 1º.** A seleção será realizada por comissão composta de servidores públicos indicados pela SEMTRAN e representantes da categoria de mototaxistas, todos nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal.

**§ 2º.** O processo seletivo deverá, obrigatoriamente, obedecer aos seguintes critérios:

I - preferência para o candidato que já estiver em atividade, sendo utilizado como comprovação listagem de trabalhadores indicados pelas entidades representativas da categoria;

II - preferência para o candidato que não tiver outro vínculo empregatício.

**Art. 30.** Enquanto não sobrevier a regulamentação do CONTRAN que disciplina o curso de capacitação de que trata o inciso VI do art. 4º da presente Lei, o condutor do veículo deverá apresentar comprovante de participação em curso de relações humanas e direção defensiva.

**Art. 31.** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber.

**Art. 32.** Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

**ROBERTO EDUARDO SOBRINHO**  
Prefeito do Município

**MÁRIO JONAS FREITAS GUTERRES**  
Procurador Geral do Município